

determinado, que passou a contemplar mais situações de urgência que demandam a contratação temporária, seja para implantação de órgãos ou entidades, para fazer frente a novas atribuições das organizações já existentes, ou para lidar com aumento transitório no volume de trabalho. Essas mudanças, dentre outras feitas na legislação em 2008, ajudam a evitar a manutenção de um

efetivo dimensionado para um volume menor de trabalho, o que redundava em serviços públicos lentos, acúmulo de demandas não atendidas, projetos não analisados. Afastam também a necessidade de manter uma força de trabalho superdimensionada, com o consequente desperdício de recursos públicos. Além disso, há redução de custos de transação em relação ao uso da mão de obra terceirizada em razão da eliminação dos intermediários.

Novas carreiras

O governo está investindo em novas carreiras para substituir funcionários com baixas qualificação, remuneração e valorização, que vinham operando a máquina pública em algumas áreas críticas, por quadros técnicos qualificados, aumentando sua produtividade e melhorando a qualidade do gasto público. Tal esforço reveste-se de importância ainda maior quando se leva em conta a crescente profissionalização e a forte inserção na máquina pública das carreiras da área de controle, o que deixava executores com baixa qualificação em situação cada vez mais vulnerável, em especial nos setores em que, historicamente, registra-se deficiência de quadros técnicos qualificados.

Em 2008, o governo criou cargos de Especialista em Infraestrutura e de Analista de Infraestrutura, possibilitando à administração pública federal o recrutamento de profissionais com alto nível de qualificação para atuar nessa área prioritária para o desenvolvimento do país, por tratar de gargalos estruturais do crescimento. No ano passado, foi autorizada a contratação de 84 Especialistas em

A finalidade é prover 2.190 cargos para profissionais qualificados para o exercício de atividades administrativas e logísticas de nível superior

Infraestrutura e 516 Analistas de Infraestrutura. Os profissionais já recrutados, 549 engenheiros, foram alocados, prioritariamente, em órgãos que desempenham atividades do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC.

Também é inegável a carência de quadros especializados na área social. Daí a proposta do governo para a criação da carreira de Desenvolvimento de Políti-

cas Sociais³, atualmente em tramitação no Senado. O foco dos servidores da nova carreira serão atividades de assistência técnica, monitoramento e avaliação de programas e projetos na área social. O Projeto de Lei prevê a criação de 2.400 cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais.

Para fortalecer as áreas-meio dos ministérios, aprimorando as atividades administrativas e logísticas de nível superior, foi enviado projeto para a criação da carreira de Analista Executivo, em tramitação na Câmara dos Deputados⁴. A finalidade é prover 2.190 cargos para profissionais qualificados para o exercício de atividades administrativas e logísticas de nível superior, em especial nos serviços de suporte administrativo dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional.

Profissionalização

O estabelecimento de uma agenda que articule os grandes processos da Administração Pública, integrando planejamento, orçamento e gestão, sempre com foco em resultados, deve ser aliado à profissionalização da operação e dos níveis táticos de direção e assessoramento envolvidos nesses processos.

A filiação política é natural nos níveis de direção estratégica, onde o assessoramento tende a ser em parte profissionalizado (no sentido de ser feito por funcionários de carreira) e em parte exercido por funcionários indicados. Funções de direção

³ Projeto de Lei 3.452/2008.

⁴ Projeto de Lei 3.952/2008.